

## RELAÇÕES ENTRE OS MEDIA E A DEMOCRACIA

### **FRANCISCO PINTO BALSEMÃO**

Tenho chamado a atenção para o facto de cada vez se levantarem mais dúvidas sobre a eficácia e, por conseguinte, a sustentabilidade da democracia do presente, da democracia de padrão ocidental em que temos vivido, a partir do 25 de Abril e até agora.

As revelações de Edward Snowden sobre o funcionamento da NSA vieram confirmar o que já tínhamos e, no fundo, já sabíamos.

As ameaças reais não apenas de terrorismo violento e divulgado pelos media, como é o caso do Exército Islâmico, mas também as ameaças reais de conflito nuclear (para não falar só do Irão: quem tem o poder de carregar no botão vermelho no Paquistão?) ou as ameaças que já não são de ficção científica de ciber-guerra, entre Estados ou empreendida por grupos terroristas, reforçam a necessidade, e o pretexto, de os nossos dados, pessoais e profissionais, serem cada vez mais conhecidos por distantes centros de poder e decisão.

Por mais que nos consolemos, dizendo que se encontram em boas mãos, não sabemos exatamente onde estão e de quem são esses centros de poder e decisão. As cedências – que, mais ou menos conscientes, mais ou menos condescendentes, vamos fazendo em nome da segurança – diminuem a nossa liberdade, ensombram, no presente, a democracia representativa e fazem-nos duvidar sobre a viabilidade do seu futuro.

O que aconteceu, com as revelações de Snowden foi sermos confrontados com a realidade, com a imensidão da atuação da NSA, com as dezenas de milhar de funcionários que para ela trabalham, com o alcance mundial da sua atividade, com o maior ou menor grau de colaboracionismo de empresas multinacionais que todos conhecemos e utilizamos como clientes.

Isto tem consequências a nível individual.

Há conversas que já não temos por medo de estarmos a ser escutados, há prosas que já não escrevemos por medo de sermos lidos, há locais onde já não vamos por medo de sermos filmados ou fotografados, há sites onde já não clicamos por medo de ficarmos registados.

Mas tem também consequências no plano coletivo.

Os serviços de informação e de retaliação (pensemos nos drones ou mesmo em Guantânamo) que, em nome da segurança, se vão criando, instalando e desenvolvendo, não respeitam, por motivos de eficácia e de segredo, as regras básicas da democracia. Poder-se-á argumentar que sempre existiram serviços secretos, que, para funcionar, a democracia necessita de um certo grau de opacidade.

Mas, quando a transparência é abafada ou desfocada em permanência, os cidadãos, a comunidade, as instituições democraticamente eleitas perdem de vez a capacidade de controlar quem passa a exercer o poder efetivo.

A segurança sobrepõe-se à liberdade dos cidadãos e das instituições; e, em seu nome, a impenetrável opacidade perturba a transparência e o próprio funcionamento dos mecanismos que alicerçam e movimentam a democracia.

No plano colectivo, como no individual, cada vez mais a segurança será invocada para cercear a liberdade e devassar a privacidade.

A pergunta que, logicamente, surge a seguir é: afinal quem manda?

Os Governos, democraticamente eleitos e que escolhemos e derrubamos através de eleições livres sem necessidade de revoluções ou de recurso à violência, detêm, uns mais do que outros, como é óbvio, um elevado grau de poder. Mas, com a globalização, existem, cada vez mais, outras fontes de poder não democraticamente designadas.

Além dos monstruosos e nem sempre identificáveis serviços de recolha e tratamento de informação de que acabámos de falar (só os EUA têm, ao que parece, 16 agências secretas, mas não esqueçamos que serviços semelhantes existem na Rússia ou na China) e, para não falar das mafias, organizadas e equipadas tecnologicamente à escala mundial, a democracia está também ameaçada por grandes multinacionais, grandes fundos de pensões (só o BlackRock gere verbas equivalentes a duas vezes o PIB da Espanha). Estes novos poderes, associados à entidade mítica e indefinida que denominámos de “mercados”, são incontroláveis pelos mecanismos normais da democracia que criámos no Ocidente. Pelo contrário, parecem juntar-se ou aliar-se com outras fontes de intervenção, também elas incontroladas: as agências de rating, por exemplo, ou os grandes detentores de dados sobre as preferências de consumo, as relações de amizade, os gostos musicais ou literários, que dominam as redes sociais e a agregação de conteúdos e colaboram com os serviços secretos.

Um país, uma moeda, um setor da economia podem ser arruinados ou salvos

pela conjugação de esforços deste tipo de entidades. E, como sabemos, os Governos nacionais, mesmo os mais poderosos, têm dificuldades, sobretudo, em regimes democráticos, para enfrentá-los.

Recorde-se o discurso de Posse do 1º Mandato de Barack Obama, as promessas então feitas de “domar” a Wall Street, e o que, desde aí, efectivamente (não) aconteceu.

Acresce que as organizações internacionais criadas pelos Estados nacionais não são eficazes. Veja-se a incapacidade de rever o estatuto da ONU, mesmo só no que respeita à composição do Conselho de Segurança. Veja-se a inoperacionalidade das instituições europeias ao longo da presente crise e a imposição de um sistema de comando, também ele ineficaz, de cariz inter-governamental. Recorde-se também que a tentativa de atribuir poderes mais vastos e de alcance geográfico global a novas formações de Estados, como é o caso do G20, não resultou.

Por outro lado, e mesmo sem sairmos da Europa, registe-se que é visível o êxito de partidos recém-nascidos (ou renascidos) que reivindicam o nacionalismo, a discriminação dos estrangeiros, o racismo puro e duro, e, por uma ou outra razão, defendem a limitação de certos direitos individuais.

E tudo isto, é obviamente atentatório da democracia.

Mesmo que a expressão eleitoral dos movimentos populistas não ultrapasse os 10/15%, o que já é preocupante, ela não deixa de pesar nas decisões dos Governos, na composição das coligações, nas grandes opções.

Afeta, portanto, o funcionamento da democracia representativa.

Adensam-se, assim, as dúvidas sobre a capacidade de exercício do poder efetivo pelos órgãos de soberania democraticamente designados e pelas organizações internacionais por eles criadas.

Mas é necessário reconhecer que foram nascendo ou renascendo, outras modalidades de instalar e praticar a democracia, com largo contributo da capacidade de rápida comunicação e intervenção quase instantânea criada pelas novas tecnologias.

Perante a desagregação da pirâmide hierárquica, a sociedade organiza-se em rede, procurando compensar a perda de eficácia das instituições clássicas.

Surgem respostas, por vezes, ou para já, menos óbvias ou menos sistematizáveis, mas nem por isso desprezíveis ou ignoráveis, para revitalizar a democracia e validar os serviços por ela prestados.

Entre essas respostas – de que, em Portugal, as candidaturas independentes

às autárquicas e às europeias são uma erupção visível – incluem-se, por vezes, iniciadas através de manifestações inorgânicas e ocupações, várias modalidades de libertação da sociedade civil, bem como a autorregulação, os single interest groups, ou as decisões com participação direta dos interessados.

Falemos de algumas delas, que já funcionam, embora nem sempre nos apercebamos da sua relevância:

– A libertação da sociedade civil e a conseqüente dispensa do Estado pressupõe, por exemplo, a criação de instrumentos de solidariedade e de entreaajuda. As ONG's ganham espaço e autonomia (exemplo: o Banco Alimentar contra a Fome que, hoje, não pretende apenas minorar o sofrimento dos pobres, mas eliminar as causas da pobreza). Por outro lado, a sociedade civil dá prioridade ao funcionamento e intervenção de instituições que substituam, com vantagem, o Estado (exemplo: a Fundação Gulbenkian, em Portugal, é mais eficaz do que o Ministério da Cultura).

– Num outro plano, a criação de sistemas de auto-regulação permite uma emancipação das regras provenientes do poder político tradicional. É o caso do futebol e de outros desportos. A Federação Portuguesa de Futebol tem leis, sanções e tribunais próprios.

– Noutro plano ainda, os grupos concentrados num só objetivo (single interest groups) funcionam, através da Net e por outras vias, utilizam direitos constitucionais, como a petição pública ou a convocação de manifestações, e desfazem-se quando obtêm o que pretendem (ou reconhecem que não são capazes). Foi o que aconteceu, por exemplo, com a “causa” do casamento homossexual.

– Último exemplo: as modalidades alternativas de tomar decisões, com intervenção direta dos interessados, funcionam, e bem, a nível municipal, através dos orçamentos participativos.

Há a tentação de pensar que estas diversas modalidades da democracia de proximidade substituirão a democracia clássica. Como argumento favorável, registre-se que todas elas ultrapassam facilmente o colete de forças das fronteiras nacionais e funcionam a uma escala mais global: os Bancos Alimentares já se organizam num movimento europeu; as grandes fundações têm a sua associação

mundial; a FIFA exerce o seu poder à escala planetária; muitos dos single interest groups unem os seus esforços e campanhas para além dos territórios de partida; os municípios que praticam o orçamento participativo já se reúnem regularmente além fronteiras (a 13ª Conferência do Observatório Internacional para a Democracia Participativa reuniu em Cascais, em Julho de 2013).

Estas novas maneiras de viver e exercer a democracia são, sem dúvida, positivas.

Mas qual é o seu verdadeiro alcance? Reforçarão a democracia, permitindo que esta funcione melhor e atraia os cidadãos indiferentes e abstencionistas? Substituirão progressivamente o sistema até aqui em vigor? Será que a parte consegue tomar conta do todo? As redes não são efémeras por natureza? Se quisermos recorrer a um símbolo, os referendos dos Cantões suíços serão um exemplo generalizável? Quantas candidaturas verdadeiramente independentes triunfaram?

Não sei, honestamente, responder a estas perguntas. Mas sei que, como estamos, com a democracia que temos no presente, não conseguiremos transpô-la, adaptá-la, mantê-la viva e atuante no futuro.

E de uma outra coisa estou certo: se não queremos cair em situações absurdas, como a gerada pelas recentes eleições na Suécia, não nos basta reconhecer que temos direitos. É preciso também exercê-los. E fazê-lo de modo a que as decisões que podem salvar e dinamizar a sociedade sejam tomadas a tempo e, sobretudo, executadas sem atrasos nem desvios pseudo-justificados pelos conservadores de todos os quadrantes, por desculpas formais e adiamentos mesquinhos. Pensemos, por exemplo, nas eternas e suicidariamente adiadas revisões da lei eleitoral portuguesa.

A cidadania implica presença, ação, coragem e, portanto, exercício ativo dos direitos conquistados. Embora a abstenção seja um direito, não é pela ausência, pelo alheamento, que se consegue a mudança. Existem, aliás, países democráticos onde os cidadãos que se abstêm são penalizados. O que se nota, como pano de fundo, é uma falta de crença na representatividade do sistema, incluindo os partidos e as próprias eleições. Mas, até agora, não surge alternativa.

A nova participação, nas redes sociais, não tem equivalente na representação, na ordem interna e na ordem internacional, do novo cidadão, equipado tecnologicamente.

A dimensão ética é cada vez mais importante, porque a corrupção está cada vez mais presente na avaliação do sistema.

A crise do Estado Nação está por detrás da crise da governação em democracia. A queda do Muro, que já ocorreu há 25 anos, e a globalização entraram em conflito com a manutenção das estruturas e dos espaços formais no âmbito nacional. Não é

à escala nacional que se enfrentam problemas como a crise do sistema financeiro ou o terrorismo.

Aqui entra a terceira palavra do título geral deste Seminário Internacional: a palavra media.

Começo por fazer uma pergunta: o balanço geral das novas tecnologias e do que permitem de acesso à informação, de melhorias na investigação, de contactos entre pessoas de todo o mundo, não é, afinal, positivo para a causa da liberdade, dos direitos humanos, da democracia?

Sou o primeiro a louvar, a valorizar e a utilizar as novas tecnologias e a reconhecer o muito que contribuem para melhorar a vida, a comunicação, o conhecimento e a proximidade de milhões e milhões de pessoas por esse mundo fora.

Não podemos, no entanto, esquecer que o mundo maravilhoso da Internet, para além de ainda não ter eliminado o fosso entre info-ricos e info-pobres, criou novos universos, nem todos positivos, precisamente porque, através dela, o exercício da liberdade ultrapassou limites que não são aceitáveis.

Dizer-se que, com a Net, a produção de informação aumentou exponencialmente, não chega. Há que perguntar, primeiro: o que é hoje a informação? É tudo o que está na Net? Rumores, “opiniões”, insultos? Devassa sistemática e muitas vezes consentida da privacidade?

Note-se que, não se trata apenas de um problema de qualidade e de credibilidade. Trata-se, também, de um problema de poder.

Com a desinformação, que é onde descarrila grande parte do chamado UGC, surge uma enorme assimetria de poderes, na qual o poder dos desinformadores não assume qualquer responsabilidade pelos transtornos e danos morais e materiais que causa, porque está imune a sanções.

Além disso, a quantidade afoga e distorce a qualidade.

Se o próprio Eric Schmidt, atual Presidente do Google, afirma “a Internet transformou-se numa lixeira”, temos de convir que, mesmo quando o lixo não é nauseabundo e causador de prejuízos irreparáveis, conduz à estupidificação ou, pelo menos, à infantilização.

Sendo assim e aceitando que subir o nível é vantajoso para salvar o que resta da democracia, mais do que nunca, é preciso quem selecione, ordene, hierarquize a informação e a opinião. E que o faça seguindo regras deontológicas, o que implica poder ser objeto de sanções, quando não cumpra.

Os mesmos critérios, devidamente adaptados, aplicam-se ao entretenimento.

Num caso como noutro, se não houver quem exerça, profissionalmente, as funções de depuração e filtragem, acentuar-se-á a tendência para cada vez mais alinhar por baixo, o que é nocivo para uma democracia enfraquecida, pelas razões já expostas.

Temos de reconhecer que os media profissionais são necessários:

- Para nos permitir separar o trigo do joio.
- Para salvaguardar a liberdade de expressão, uma das traves-mestras da democracia, desde que utilizada adequadamente, ou seja, com a intermediação de jornalismo profissional competente.
- Para veicular, ordenadamente, opiniões e pontos de vista diferentes
- Para funcionar como agulhão perante a indiferença da opinião pública.

Veja-se o que aconteceu com a cobertura da pré campanha e campanha para as eleições autárquicas e europeias, em consequência da deliberação da Comissão Nacional de Eleições que exigiu notícias milimetricamente iguais em espaço ou tempo para todas as candidaturas e, consequentemente:

- Inviabilizou os debates
- Obrigou a grande maioria dos media a só acompanharem os líderes e só noticiarem o que estes disseram sobre temas nacionais.
- Contribuiu para uma inquietante percentagem de abstenção.

Para além do evidente atentado à liberdade de expressão que esta decisão representa, as consequências foram que sem a intermediação de media profissionais, seguidores de critérios deontológicos, sujeitos a sanções, submetidos a reguladores, as pessoas não são informadas, as opiniões não são ordenadamente veiculadas.

Além disso, demonstrou-se que, neste como noutros casos, as redes sociais não chegam e, pior, sozinhas, deixadas à solta, confundem, baralham e podem levar a opções manipuladas anonimamente e indesejáveis.

Veja-se, por contraste, o que sucedeu com os debates Costa–Seguro nas eleições internas do PS aos quais assistiram um total de 3.692.000 espetadores, através do

media dito clássico televisão generalista. E registre-se a elevada percentagem de afluência às urnas.

Entendo, por tudo isto, que os meios de comunicação social ditos clássicos ou tradicionais são, hoje mais do que nunca, necessários.

Para que as traves mestras da democracia não apodreçam, mas também para que a democracia evolua, condição indispensável para a sua sobrevivência.

Independentemente da profissão que exerçamos, devemos, por isso, preocupar-nos, como cidadãos, com o facto insofismável de, para além de uma crise conjuntural muito aguda, os media atravessaram, em Portugal e no resto do Mundo, uma crise (ou revolução) estrutural de consequências imprevisíveis, que começou há cerca de 15 anos com a chamada Revolução Digital.

As grandes linhas de força dessa “revolução” são agrupáveis em 3 tipos de mudanças: tecnológicas, de consumo e de estrutura do negócio.

Parece-me desnecessário recordar aqui o que acontece à maioria dos produtos em papel ou a própria evolução da televisão gratuita. Penso que, para além das mudanças de hábitos de consumo, da rapidez da transmissão da informação, incluindo as imagens, e da concorrência desleal de agregadores de conteúdos, que nada produzem mas utilizam e não pagam o produto das empresas de media tradicionais, para sobre tudo isto a premência da busca de novos modelos de monetização de conteúdos.

Para as empresas de comunicação social, uma das principais regras deste novo jogo é a que permita a disponibilização e o pagamento de conteúdos profissionais.

A situação atual, como sabem, é-nos altamente desfavorável. A grande maioria dos conteúdos colocados online pelas empresas de comunicação social – seja gratuitamente, seja protegidos por uma paywall – é reutilizada, na íntegra ou em “snippets”, por empresas com fins lucrativos, sem autorização dos detentores dos respetivos direitos e sem qualquer remuneração. E é utilizada para ir angariar publicidade que, assim, nos é retirada.

O que está em jogo não é apenas uma questão de evidente justiça na repartição de receitas, que atualmente favorece demasiado um elo da cadeia de valor e prejudica demasiado outro elo da cadeia de valor.

O que está em jogo é que o elo enfraquecido – os editores, os publishers, as empresas de media ou de comunicação social, chamemos-lhe o que quisermos – é essencial para a sobrevivência de um eco-sistema democrático que, como vimos, anda à procura de novas soluções de equilíbrio, de outras aplicações e funções para

os checks and balances, de diferentes modalidades de participação dos cidadãos e da sociedade civil numa governança que já não se reduz a votar de 4 em 4 anos, pagar impostos e, no nosso caso, cumprir o acordo com a Troika.

E o elo enfraquecido é essencial por duas razões:

- Primeiro – repito – porque a avalanche incontrolável de informação, pseudo-informação, opinião, pseudo-opinião, rumores, ataques descabelados, cobardes, porque cometidos ao abrigo do anonimato, que a Net proporciona, necessita de quem separe o trigo do joio. E que o faça, segundo critérios profissionais, regras deontológicas e sujeito a sanções.
- Depois, porque a própria legitimação do poder – de todos os poderes, os antigos e os novos, o poder político, mas também o poder económico, o poder desportivo, o poder cultural, etc. – não se processa através do Facebook ou do Twitter, mas sim através de mediadores com credibilidade reconhecida e, sujeitos, eles próprios, a permanente escrutínio, não só dos que os compram ou vêem, mas, como sucede no caso português, da intensa atividade dos reguladores, que, em contraste, pouco ou nada fazem ou podem fazer relativamente aos despautérios e aos ataques aos direitos de autor praticados, a cada segundo, na Net e nas redes sociais.

### **Em conclusão**

Afetada pela supremacia da segurança, enfraquecida por novos poderes globalitários, paralisada pela falta de vontade de mudança dos conservadores de todas as cores que ocupam o poder político, a democracia precisa de incorporar, de absorver, as novas modalidades de representação que vão sendo criadas e testadas.

Para que essa absorção se processe em tempo útil, a existência de jornalismo livre, independente e de qualidade é indispensável.

Esse jornalismo só terá qualidade e independência, se as empresas que o produzem forem rentáveis.

A rentabilidade dessas empresa jornalísticas só será possível se os conteúdos que elas produzem forem devidamente remunerados.

Para isso, o Estado e as instituições da sociedade civil têm de estar ativamente

empenhados. E a mentalidade dos puristas da Net terá de mudar.

A alternativa é entregarmos tudo a uma NSA que, para bem da nossa segurança, nos dirá o que podemos ler, ver escrever e dizer.

Por mim, não aceito esta alternativa.